



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 352/2019

PROTOCOLO: SIC 165991918971

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso ao balanço diário de ocorrências escolares. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 352/2019

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso ao balanço diário de ocorrências escolares por diretoria de ensino.

2. Em resposta e em recurso, o ente entendeu se tratar de solicitação genérica e desarrazoada, tendo em vista a quantidade de diretorias de ensino e o não recorte temporal. Além de informar que não possui as informações diárias. Inconformado, o solicitante impetrou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.

3. Constata-se, no caso concreto em apreço, que o solicitante não especifica a informação que almeja, ou seja, não apresenta seu o pedido de forma que delimite período temporal, recorte ou formato, utilizando-se da expressão "maior granularidade e série histórica possível". Assim sendo, é um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e atendimento.

"Necessário ainda que se leve em consideração, nesse contexto, o conceito de pedido genérico, insculpido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 7.724/2012. Com efeito, não há como admitir que o demandante se esquive do ônus de delimitar, de forma clara e precisa, conforme prevê o art. 12 do Decreto nº 7.724/2012, seu requerimento de informação, a fim de que seja propriamente apreciado. Na verdade, a imprecisão do pedido genérico impossibilita até mesmo que a Administração diligencie no sentido de satisfazer a demanda do requerente, tornando impossível, do ponto de vista fático, o atendimento ao pedido.

Ocorre que o conceito de "pedido genérico", para que possa ser melhor compreendido, acarreta, a contrário sensu, uma definição a respeito do significado de "pedido

Classif. documental 006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



específico" no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Desse modo, a Controladoria-Geral da União buscou, tanto na experiência internacional quanto na experiência da Administração Pública Federal, a melhor forma de explicitá-lo, e tem entendido que, para ser suficientemente específico, o pedido deve preencher os seguintes requisitos:

- o assunto do registro solicitado deve ser indicado de modo individualizado e com suficiente particularidade quanto ao tempo, lugar e evento, de forma a permitir que o servidor do órgão ou entidade que tenha familiaridade com o assunto possa identificá-lo de maneira célere e precisa;
- de forma complementar, deve ser indicada, de maneira clara, a listagem dos documentos que sirvam de suporte à informação, com suas respectivas datas de emissão, período de vigência, origem e destino".

(Controladoria-Geral da União. Despacho nº 4685 de 17/06/2013. Processo nº 00077.000044/2013-79).

4. Ademais, a Pasta informou que não possui as informações diárias, e o solicitante inovou em grau recursal, não se coadunando com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtrairia ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
5. No entanto, não há óbice à apresentação de um novo pedido SIC no qual seja feita solicitação que aponte, de forma clara e especificada, quais dados são desejados.
6. Diante do exposto, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo e incisos do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado